

Arquitetura e educação: arquitetura escolar como elemento dos espaços escolares

Architecture and education: school architecture as an element of school spaces

Arquitectura y educación: arquitectura escolar como elemento de los espacios escolares

Recebido: 26/04/2020 | Revisado: 27/04/2020 | Aceito: 27/04/2020 | Publicado: 29/04/2020

Heber Macel Tenório Vasconcelos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3555-9683>

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

E-mail: bv_vasconcelos@hotmail.com

Marlécio Maknamara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0424-5657>

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

E-mail: maknamaravilhas@gmail.com

Resumo

Trata-se de um estudo exploratório de natureza empírico-teórica que recorre à literatura científica sobre arquitetura e espaços escolares. O objetivo é esboçar uma leitura das relações que vêm sendo estabelecidas entre arquitetura e educação ao focalizar os estudos que se ocupam da arquitetura como elemento dos espaços escolares. Metodologicamente trata-se de uma investigação de cunho bibliográfico, a qual dispõe de materiais/fontes já disponíveis e consiste em uma particularidade da pesquisa documental. Recorre a redes digitais e utiliza como fontes primárias pesquisas e ensaios publicados em periódicos vinculados a bases de dados nacionais. Agrupados em três eixos de sentidos (arquitetura escolar como projeto social, arquitetura escolar como projeto didático, arquitetura escolar como projeto de subjetivação), os resultados indicam alguns dos temas e preocupações de estudos que se ocupam das arquiteturas escolares. Conclui-se que elas têm sido alvo de diferentes investimentos de poder e apontam-se algumas possíveis frentes de pesquisas futuras.

Palavras-chave: Arquitetura; Educação; Espaços escolares; Arquitetura escolar.

Abstract

This is an empirical-theoretical exploratory study that uses scientific literature on architecture and school spaces. The objective is to outline a reading of the relations between architecture and education, focusing on studies that deal with architecture as an element of school spaces.

Methodologically, it is a bibliographic investigation, which already takes materials/sources available and consists of a particular characteristic of documentary research. It uses digital networks and uses researches and essays published in journals linked to national databases as primary sources. Grouped into three axes of meanings (school architecture as a social project, school architecture as a didactic project, school architecture as a subjectification project), the results indicate some of the themes and concerns of the studies that deal with school architectures. It is concluded that these architectures have been the target of different investments of power and some possible fronts of future research are pointed out.

Keywords: Architecture; Education; School spaces; School architectures.

Resumen

Es un estudio exploratorio de naturaleza empírica-teórica que utiliza literatura científica sobre arquitectura y espacios escolares. El objetivo es delinear una lectura de las relaciones que se han establecido entre arquitectura y educación enfocándose en estudios que aborden la arquitectura como un elemento de los espacios escolares. Metodológicamente, esta es una investigación bibliográfica, que tiene materiales / fuentes ya disponibles y consiste en una característica particular de la investigación documental. Utiliza redes digitales y investigaciones y ensayos publicados en periodicos vinculados a bases de datos nacionales como fuentes primarias. Agrupados en tres ejes de significados (arquitectura escolar como proyecto social, arquitectura escolar como proyecto didáctico, arquitectura escolar como proyecto de subjetivación), los resultados indican algunos de los temas y preocupaciones de los estudios que se ocupan de las arquitecturas escolares. Se concluye que ellas han sido el objetivo de diferentes inversiones de poder y se señalan algunos posibles frentes de investigación futura.

Palabras clave: Arquitectura; Educación; Espacios escolares; Arquitecturas escolares.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é esboçar uma leitura das relações que vêm sendo estabelecidas entre arquitetura e educação ao focalizar os estudos que se ocupam da arquitetura como elemento dos espaços escolares. As instituições escolares, erigidas a partir da noção grega de “liberdade para o conhecimento”, ganham contornos materiais em torno de um prédio físico somente a partir da modernidade, quando passam a ser um elemento político fundamental à formação dos Estados Nacionais como instituições disciplinadoras da reprodução de saberes e

da absorção de comportamentos. Hoje, elas podem ser entendidas, estudadas, pesquisadas e/ou problematizadas a partir de diferentes dimensões.

Há anos se sabe, com base em Saviani (2007), que é possível focalizar os aspectos constitutivos de tais instituições relativamente à representação das escolas (a institucionalização, os sentidos atribuídos às escolas), à apropriação das escolas (as instituições escolares em ato, a materialização de ideários e práticas pedagógicas em escolas), à materialidade das escolas (o instituído para escolas, as escolas instaladas, as instalações das escolas). Mas materialidade, apropriação e representação das escolas não parecem gozar da mesma atenção no campo educacional.

No tocante à materialidade das escolas, a arquitetura e o espaço escolar têm sido pouco discutidos profundamente pelas ciências sociais, de modo geral, e pelas ciências da educação, de modo particular (Funari & Zarankin, 2005). Por conseguinte, se a forma escolar que nos foi legada pela modernidade tem uma dimensão espacial peculiar, se a dimensão espacial da forma escolar tem sido pouco estudada e se a arquitetura é elemento central dessa dimensão, fica justificado o foco do nosso estudo neste texto.

Partindo do pressuposto de que a arquitetura ajuda a leitura do espaço escolar, o objetivo do presente artigo é esboçar uma leitura das relações que vêm sendo estabelecidas entre arquitetura e educação ao focalizar os estudos que se ocupam da arquitetura como elemento dos espaços escolares. Após esta introdução, iniciamos a discussão com uma retomada dos conceitos de espaço e de espaço escolar; adiante, explicitamos a perspectiva e os procedimentos metodológicos que subsidiaram o presente texto; prosseguimos com uma sistematização dos achados decorrentes da literatura científica encontrada sobre espaço e arquitetura escolares sobretudo no campo educacional; por fim, concluímos apontando possíveis frentes de pesquisa sobre/com/na arquitetura escolar no campo educacional.

2. Espaço e espaço escolar

Para falar de “espaço escolar” é interessante lembrar que “espaço” é um conceito geográfico. No conjunto dos campos científicos de que dispomos hoje, a geografia aborda “uma dimensão específica e limitada da realidade. E faz isso trabalhando com uma determinada categoria de análise – o espaço geográfico - produto social e histórico, ferramenta para analisar a realidade em sua dimensão material e em sua representação” (Cavalcanti, 2010, p. 371). É nesse sentido que o espaço geográfico tem sido conceituado

como um conjunto de elementos marcado pela indissociabilidade entre objetos e ações (Santos, 1999).

Conjunto de objetos e ações que a eles correspondem em uma escola: é isso que constitui um espaço escolar, o espaço de uma “determinada” escola. Ou seja, estudar o espaço escolar requer interligar o físico e o simbólico de uma escola, interligar as dimensões material e representacional que constituem uma escola específica. Falamos de uma escola específica e de uma escola “determinada” (entre aspas) para enfatizar a dimensão de singularidade trazida às escolas, a cada escola, pelo conceito de espaço.

Devido àquilo que é próprio do conceito de espaço escolar (indissociabilidade entre objetos e ações em uma escola), nenhum espaço escolar está determinado. As relações entre objetos e ações não são fixas, são mutáveis e contingentes. E nenhum espaço escolar se repete. Ainda que alguns objetos figurem comumente entre escolas, os sujeitos de cada uma delas estabelecem relações peculiares com tais objetos. Nesse sentido, não faz sentido falar em “O” espaço escolar (genérico, universal), mas em espaços escolares (no plural) ou particularmente no espaço escolar de certa escola.

Dos múltiplos objetos que constituem os espaços escolares sobressai um elemento fundamental: a arquitetura. Se o espaço constitui “uma equação dada pela morfologia e pelos diferentes sentidos que ela é capaz de veicular e condicionar” (Cabral, 2007, p. 145), se “o espaço compõe-se pela dialética entre a disposição das coisas e as ações ou práticas sociais” (Gomes, 2002, p. 172), é possível entender que a disposição de elementos da arquitetura escolar e os sentidos e ações forjados em relação a tais elementos ajudam a compor o que se pode chamar de espaço escolar. É também disso que advém a importância de se estudar a arquitetura quando se trata de espaços escolares, já que eles são fisicamente circunscritos e organizados por estruturas arquitetônicas (Funari & Zarankin, 2005), embora não se restrinjam a elas.

3. Metodologia

Metodologicamente, optou-se por uma investigação de cunho bibliográfico. Pesquisas dessa natureza valem-se de materiais/fontes já disponíveis e consistem em uma particularidade da pesquisa documental, quando pautadas exclusivamente em suporte bibliográfico e focadas em mapear trabalhos científicos em torno de um tema de pesquisa (Almeida & Betini, 2015).

Inicialmente acessou-se a Biblioteca da Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Nela buscaram-se artigos em cujos títulos, resumos ou assuntos constasse a

expressão “arquitetura escolar”. Embora o objetivo da busca não tivesse pretensões de exaustividade e de esgotamento das fontes, ao encontrar somente 19 trabalhos¹, decidiu-se acessar também o Google, no sentido de localizar e inserir na análise outros materiais bibliográficos que se sabia, seguramente, tratarem de arquitetura escolar. Quando encontrados, recorreu-se também às referências por eles utilizadas que igualmente correspondiam ao interesse pela temática da arquitetura escolar. Essa decisão foi tomada considerando que pesquisas bibliográficas incluem a possibilidade de abranger publicações avulsas (Almeida & Betini 2015) e que outros trabalhos de levantamento bibliográfico (Paraíso, 2004, 2005) também têm recorrido a suas próprias estratégias para não descartar publicações consideradas importantes à composição de seus mapeamentos.

Uma vez acessadas as referidas redes digitais, para a composição dos resultados privilegiaram-se os trabalhos sobre arquitetura escolar publicados em periódicos vinculados a bases de dados nacionais. Tal literatura evidenciou temas, questionamentos e resultados que possibilitaram agrupar em três eixos os resultados encontrados (arquitetura escolar como projeto social, arquitetura escolar como projeto didático, arquitetura escolar como projeto de subjetivação), os quais são descritos a seguir.

4. Resultados e Discussão: Estudos de arquitetura escolar

Em nível internacional, há uma multiplicidade de olhares (antropológicos, etnográficos, sociológicos, psicológicos, educacionais, viso-funcionais) interessados sobre a temática da arquitetura escolar (Bencostta, 2019). Ao se recorrer às bases de dados disponíveis em redes digitais, a literatura científica sobre arquitetura escolar possibilitou agrupar em três eixos os estudos encontrados. Esses eixos seguem caracterizados a seguir.

Arquitetura escolar como projeto social

Neste grupo encontram-se os achados de trabalhos que foram desenvolvidos em perspectiva historiográfica. Ao tomarmos os resultados oriundos somente de pesquisas em perspectiva historiográfica, evidenciam-se interessantes aspectos da arquitetura escolar: os espaços escolares são pontos de condensação de investimentos simbólicos e de interesses

¹ Ermel (2018), Helfenberger e Schreiber (2019), Ermel e Bencostta (2019a), Ibarra (2019), Sá (2015), Pereira, Kowaltowski e Deliberador (2018), Deliberador e Kowaltowski (2018), Kowaltowski e Deliberador (2019), Abate e Kowaltowski (2017), Faria Filho (1998), Bianchini (2019), Correia (2013), Dórea (2013), Silva (2013), Bencostta (2013), Coeur (2003), Bencostta (2001), Oliveira e Chaves Jr. (2009), Almeida e Pimenta (2010).

políticos (Arata, 2019; Correia, 2013); a arquitetura escolar pode ser lida como um empreendimento visual e icônico de propaganda de regimes políticos que incorpora anseios sociais e demandas pedagógicas através de sua dimensão funcional e simbólica (Ermel & Bencostta, 2019a; Bianchini, 2019; Ibarra, 2019; Sá, 2015; Bencostta, 2013, 2001); prédios escolares participam ativamente da planificação da formação, unificação e diferenciação de indivíduos conforme as necessidades sociais de sua época (Helfenberger & Schreiber, 2019; Dórea, 2013; Silva, 2013; Oliveira & Chaves Jr, 2009) e de longa data vêm sendo considerados essenciais para a qualidade da educação e/ou melhoria do ensino (Ermel & Bencostta, 2019b). De tal modo, tem-se defendido que é produtivo e urgente reconhecer a legitimidade de edifícios escolares como patrimônio histórico-cultural de um povo (Viola, 2019; Ermel, 2018).

Faria Filho (1998) mostra que na Belo Horizonte do início do século XX prédios dos grupos escolares foram construídos como modelares a estabelecimentos (dentro de um projeto específico de construção de cidade e de sociedade) e como modeladores de hábitos, atitudes e sensibilidades (dentro de um projeto específico de formação de cidadãos). Com tais grupos escolares, “a dimensão pedagógica do espaço toma corpo e visibilidade, ou, se quisermos, uma materialidade, de uma forma nunca antes vista na instrução pública primária mineira” (1998, p. 150). À construção física e simbólica de uma cidade projetada correspondia a construção física e simbólica de uma escola da qual se esperava transformação e adequação da população pobre ao mundo urbano, mercantil e republicano em voga. Essa função atribuída à escola de “instituição ordenadora do social” é uma clara evidência da íntima relação entre espaço, arquitetura escolar e projetos políticos.

No Brasil, em se tratando especificamente de pesquisas sobre história da arquitetura escolar, nas últimas duas décadas sobressaem contribuições das áreas de educação, de história e de arquitetura, embora 63% das investigações concentrem-se no campo educacional (Bencostta, 2019). Sobre essas últimas, os temas de maior interesse têm sido: agentes (educadores, arquitetos, governantes), instituições e políticas influenciadores da arquitetura escolar; configuração e tipificação arquitetônica de edifícios escolares, sobretudo os de natureza pública e notadamente os grupos escolares; relações entre urbanização e construção de novos edifícios para a educação primária.

Os trabalhos que correspondem aos referidos temas de maior interesse têm em comum a convergência para “determinado tipo de premissa discursiva alinhada ao ideário propagandístico educacional republicano que empregou princípios e características físicas de monumentalidade, simetria, elementos decorativos e volumetria” (Ibidem., 2019, p. 7).

Descreve-se, ainda, uma série de pesquisas sobre a história dos edifícios escolares voltados para o ensino médio, incluindo prédios de ensino secundário voltados para as elites e grupos étnicos; pesquisas interessadas na história da arquitetura dos espaços institucionais de ensino superior; pesquisas voltadas à relação entre cultura material e arquitetura escolar; e um crescente interesse pela história dos artefatos, instrumentos e mobiliários escolares e os seus vínculos com a história das disciplinas e da cultura material escolar.

Considerando que os estudos historiográficos das edificações escolares “ênfatizam, de diferentes modos, a importância da arquitetura e dos usos dos espaços da escola para a pesquisa da história das práticas educativas” (Paulilo, 2019, p. 4) e apesar dos estudos sobre história da arquitetura escolar constituírem “abordagem muito recente no campo da história da educação” (Bencostta, 2019, p. 11), é tentador dizer que a maior parte da atenção que o campo educacional brasileiro tem dedicado aos espaços escolares ainda tem sido concentrada, notadamente, nas investigações localizadas no campo da historiografia da educação. Um mapeamento com recorte temporal mais amplo e com bases de dados mais diversificadas, o que fugiu do escopo deste artigo, ajudaria a confirmar tal possível concentração.

Arquitetura escolar como projeto didático

Este grupo de trabalhos inclui estudos centrados nas relações entre arquitetura e processos de ensino-aprendizagem. Desenvolvidos, mormente, segundo referenciais da arquitetura, são trabalhos que correlacionam arquitetura escolar e aprendizagem falando de efeitos da primeira sobre a qualidade da segunda. Sejam aqueles que apontam falhas ou obsolescências, sejam aqueles que apontam alternativas, tais estudos trazem consigo uma ideia de melhoria ou otimização funcional da arquitetura escolar quanto às tarefas que podem se esperar das escolas, sobretudo a tarefa do ensino.

No primeiro caso, os trabalhos partem do pressuposto de inadequação das instituições de ensino e/ou de seus elementos arquitetônicos. Têm em comum o argumento da obsolescência da escola (ou de certas arquiteturas escolares) relativamente à sociedade ou aos estudantes ou a pedagogias que estariam sendo demandadas. Defendem atualização ou criação de projetos arquitetônicos: seja porque questionam a “arquitetura escolar diante de tantas mudanças nas sociedades contemporâneas, como, por exemplo, a flexibilização do espaço-tempo proporcionada pelas atuais tecnologias da informação” (Freire, 2007); seja porque diagnosticam que “a nova geração de alunos exige modelos de escolas diferenciados” (Ronquim & Silva, 2011); seja porque consideram ter em vista novas demandas educacionais

“alternativas para a escola e para o ensino, numa crítica ao modelo pedagógico tradicional” (Azevedo, Bastos & Blower, 2007).

Para tanto, assumem que modelos educacionais devem ser repensados, apresentando “ferramenta de suporte ao programa arquitetônico”, no intuito de proporcionar um novo olhar sobre o edifício, a favor de “meios que visem à ampliação da qualidade do projeto e da educação” (Deliberador & Kowaltowski, 2018); estudam e propõem métodos e ferramentas de análise e de avaliação dos projetos escolares no sentido de “inspirar uma arquitetura escolar de qualidade e com o aprendizado como foco principal” (Pereira, Kowaltowski & Deliberador, 2018, p. 375); identificam necessidades de ajustes no ambiente escolar para a efetividade da inclusão (Ribeiro, 2004); propõem ferramentas de briefing (Kowaltowski & Deliberador, 2019) e avaliam hábitos de indivíduos antes e depois da implantação de determinada modificação em elementos arquitetônicos da escola (Abate & Kowaltowski, 2017).

Os trabalhos inclusos no segundo caso têm em comum o objetivo de entender e visibilizar propostas alternativas/inovadoras de que já dispomos em arquitetura escolar. É o caso de Alvares e Harris (2011), que descrevem tanto a proposta de linguagem arquitetônica quanto a proposta pedagógica que envolvem as escolas Waldorf. Vinculam as características arquitetônicas próprias dessas escolas às peculiaridades de currículos inspirados na Pedagogia Waldorf e às intenções de que seus prédios sejam elementos ativos nos processos de aprendizagem e de socialização dos estudantes. A conexão entre arquitetura, currículo e pedagogia é explorada pelas autoras em termos da intenção deliberada de fazer os prédios escolares Waldorf interferirem ativamente nos processos de ensinar e aprender. Elas identificaram três princípios (integração, correlação, inspiração) que trabalham a favor daquela pedagogia no direcionamento tanto da organização dos espaços físicos quanto da construção das formas arquitetônicas para os prédios escolares. Concluem defendendo a arquitetura escolar como apoiadora de ações pedagógicas e como potencializadora de aprendizagem.

Arquitetura escolar como projeto de subjetivação

Neste grupo estão os trabalhos que não tratam do que fazer com a arquitetura, mas do que a arquitetura pode fazer com os indivíduos. Se, por um lado, abordar a arquitetura escolar em sua dimensão geométrica, física e material seria o equivalente a explorar um espaço limitando-o à leitura da paisagem, por outro lado, pensar o visível em termos de

funcionalidades ainda é pouco para falar do que uma escola é capaz com sua arquitetura. Ao considerar que “toda arquitetura é definitivamente necessária, mas também arbitrária; funcional, mas também retórica” e que “seus signos indiciários deixam, em seu contato, traços que guiam a conduta” (Escolano, 2001, p. 39), a arquitetura escolar oferece oportunidades de leitura e significação que vão muito além do visível e do funcional na composição arquitetônica de uma escola. Tal “algo mais” da arquitetura escolar levou Almeida & Pimenta (2010, p. 507) a perguntarem-se: “podemos imaginar uma pessoa, professor, aluno que frequente ali diariamente: como está sendo educado por todo esse caos visível, por aquelas coisas que ensinam por meio de um discurso pedagógico inarticulado, quase invisível?”.

Funari & Zarankin (2005) abordaram a arquitetura escolar como “comunicação não-verbal” cujas paredes materializam discursos ligados a relações de poder. Ressaltam que ainda vigora amplamente a ideia de que sem edifícios fica difícil entender a existência de escolas, mesmo quando estão em cena “as práticas e os comportamentos característicos destas” (Ibidem., 2005, p. 137). Paradoxalmente, dada a importância que o prédio tem nos imaginários de escola, “são poucos os que se interessam por estudar a dimensão ideológica e simbólica do prédio escolar” (Ibidem., 2005, p. 138).

Isso é impressionante, já que as estruturas arquitetônicas escolares são produto e produtoras de relações de poder no interior da sociedade. Para eles, a arquitetura é elemento central da cultura material escolar, a qual diz respeito aos artefatos fixos e artefatos móveis feitos, usados ou apropriados pelos indivíduos internamente ou em volta da escola. Por ser “cultura”, designa tanto os aspectos físicos quanto subjetivos/espirituais associados a tais artefatos. Nesse sentido, a cultura material escolar interfere, inclusive, nos procedimentos pedagógicos que se querem inovadores: “Se um edifício induz ao controle, como introduzir a liberdade?” (Ibidem., 2005, p. 143).

A questão da liberdade e do controle esteve presente no trabalho de Zan e Possato (2014). As autoras analisam “as marcas da violência implícitas na arquitetura das escolas” entendendo que a arquitetura escolar “exibe um programa visual representativo de como a educação é compreendida” (Zan & Possato, 2014, p. 2180). Argumentam que a estrutura arquitetônica de prédios escolares e seu mau estado são expressão de violência institucional contra estudantes das periferias dos grandes centros, simbolizam a maneira como a escola e seus agentes planejam opressão e praticam violência contra tais estudantes. Analisam duas escolas e para elas identificam duas estruturas arquitetônicas distintas, que as fazem serem nomeadas como “escola caixa-de-aço” e “escola-presídio”.

A primeira escola, “escola caixa-de-aço”, possui prédio cercado por grades e fachada metálica sem qualquer janela, “algo parecido com um galpão industrial” (Ibidem., 2014, p. 2184). O projeto foi idealizado por um grupo de arquitetos contratados pelo poder público do estado de São Paulo segundo princípios de qualidade, durabilidade, corte de custos e agilidade construtiva. Pensado para provocar “estranhamento e atração”, resultou em uma escola metálica em três andares, um espaço fechado e hostil cujo elevador (de uso restrito a docentes, corpo técnico-administrativo e estudantes com necessidades educacionais especiais), para além de evitar contato docente com discentes, materializa privilégio e hierarquia. Apresentado em bienal internacional, tal projeto foi tema de artigo científico e ganhou menção honrosa em São Paulo. As pesquisadoras confessam que “nos causava agonia e provocava uma imensa vontade de sair para a área verde, que se estendia além dos alambrados. Nas conversas com os alunos no pátio, por vezes, declararam que a escola era vista pela comunidade como um presídio (Ibidem., 2014, p. 2185).

Aridez na construção e descaso na manutenção marcam a segunda escola descrita pelas autoras supracitadas. A degradação e a sujeira que evidenciam o mau estado do prédio escolar são significadas pelos estudantes como descaso do poder público. A estrutura, lida por uma das pesquisadoras como opressora e sufocante, é denunciada pelo apelido que os estudantes deram à própria escola: “escola-presídio”. A profusão de grades e de cadeados somava-se aos muros altos que “impediam qualquer visão externa estando dentro do prédio. Traziam um aspecto de presídio” (Ibidem., 2014, p. 2187). O portão que separava pátio e salas de aula era aberto nos intervalos, de tal modo a impedir o retorno às salas: “a justificativa estava na tentativa da direção evitar pequenos furtos dos materiais escolares e pertences individuais, mas os estudantes se remetiam a esse fato como ‘o horário do banho de sol’” (Ibidem., 2014, p. 2188). Nessa escola, à retórica governamental de formação para a cidadania opõe-se uma estética que nega a beleza e que potencializa a violência institucional através do embrutecimento dos sentidos.

O que têm a oferecer em comum a arquitetura de uma escola premiada e de uma escola menos inovadora, além de abrigar salas de aulas e organizar intervalos e horários de entrada e saída? Que posições de sujeito estão sendo disponibilizadas e demandadas nessas escolas? Que tipo de sujeito é possível aprender a ser com suas configurações arquitetônicas? Uma mirada na descrição feita pelas pesquisadoras possibilita dizer que tais escolas têm divulgado e reativado alguns enunciados, raciocínios, saberes e valores muito peculiares. A pedagogia dessa arquitetura escolar apresenta-se assim:

Vejam a novidade que preparamos para vocês! Uma escola marcante e novidadeira, que se destaca mas não se diferencia da pobreza de seu bairro, para vocês ‘não se sentirem tão deslocados’! Não é tudo, não é o melhor que vocês poderiam receber, ‘mas já é alguma coisa, não é?’. Vocês só têm direito ao que lhes é familiar! À pobreza que circunda suas vidas adicionamos pobreza de experiências pedagógicas pela divisão, pelo isolamento, pela hierarquia, pela exclusão e pela mesmidade meticulosamente pensadas. Na escola caixa-de-ão, verticalizada, entendemos que vocês, estudantes, já estão acostumados, mesmo, com dificuldades. O que seria mais uma ‘dificuldade para subir na vida’, ainda que ela seja literal? Na escola-presídio, organizamos interdição de espaços como estratégia educativa para prevenção de delitos. Acreditamos que vocês ‘não conseguem aprender de outra forma’ ou de forma melhor. Às práticas hostis que perseguem seus corpos e imaginários de filhos de ‘famílias desestruturadas’, estruturamos corredores com grades e cadeados oferecidos em nome de sensação de segurança. ‘Pra vocês que têm tão pouco’ lhes oferecemos escolas que se assemelham a presídios. Ao seu ‘cotidiano marcado pela violência’ lhes damos um futuro sob a forma de destino, reconhecendo e antecipando em vocês uma delinquência em potencial. Nessas e em outras escolas oferecemos coerção, tristeza, feiúra. Vocês não saberiam merecer mais que isso!” (Autores deste artigo, 2020).

Há uma função desempenhada pela arquitetura escolar sobre a aprendizagem e a formação mais geral dentro da escola (Escolano, 2001), função de um “programa educador”, função de um conjunto de coisas que, embora nem sempre explicitamente, farão parte do curso da vida de um indivíduo, função de currículo. A arquitetura escolar é um artefato cultural, um artefato próprio daquela parte da cultura que gira em torno da educação escolar. Um artefato que, como tal, pode ser lido como texto curricular, já que “quando informações, aprendizagens, sentimentos e pensamentos são articulados, está-se compondo o texto de um currículo” (Maknamara, 2020). Como texto curricular, a arquitetura escolar constitui currículo e exerce pedagogias. Constitui currículo no sentido de ser um “produto da disponibilização de formas de raciocínio, saberes, valores, afetos e comportamentos que contribuem, através de estratégias e técnicas específicas, para a formação de pessoas ao atribuir significados a lugares, coisas, fenômenos, práticas e/ou sujeitos” (Maknamara, 2020). Exerce pedagogias no sentido de conduzir condutas.

A questão da liberdade e do controle nos espaços escolares remete às contribuições que a arquitetura escolar pode oferecer para uma análise do poder nas escolas, afinal “os estudos acerca do espaço escolar se apropriaram fartamente das teorias foucaultianas que consideram o espaço um problema ‘histórico-político’” (Bencostta, 2019). Contudo, não significa dizer que os referidos estudos, mesmo quando inspirados em Michel Foucault,

tenham ido muito além das conexões entre arquitetura e docilização de corpos via poder disciplinar. Significa que, para além de enaltecer a hipótese repressiva do poder, neste grupo podem estar, também, trabalhos que, de algum modo, tomem o legado da noção foucaultiana de poder como algo produtivo e não como algo repressivo e punitivo. Tais trabalhos podem, inclusive, mostrar possibilidades de conexão entre arquitetura escolar e produção de subjetividades na dimensão de uma ética e de uma estética da existência.

5. Considerações Finais

A arquitetura escolar não diz respeito apenas a uma questão de esqueleto físico, de setorização, compatibilização e funcionalidade dos compartimentos e dos objetos escolares. Localização, visualidade, finalidades político-pedagógicas e endereçamento de público-alvo têm constituído um alicerce de questões para as arquiteturas escolares. Mais do que simplesmente delimitar, conter, guardar, proteger, dispor ou inspirar, as estruturas arquitetônicas das escolas evidenciam o que se tem projetado e executado para a constituição de sociedades, currículos, pedagogias e sujeitos.

É possível analisar o espaço escolar à luz da história (discutindo projetos civilizacionais concretizados em escolas), da geografia (problematizando distribuição espacial de escolas em uma cidade), da arquitetura (abordando conforto térmico, conforto ambiental, disposição de diferentes ambientes e sua adequação à aprendizagem) e de muitos outros campos disciplinares. Do ponto de vista do que pode interessar ao campo educacional, as pesquisas de cunho historiográfico mostram que “favorecer a saúde”, “facilitar a aprendizagem” e “melhorar a educação” a partir da arquitetura escolar são ideários e propostas que vêm de longa data. Já os trabalhos com foco no aspecto didático da escola, por sua vez, ao discutirem suas potencialidades para o ensinar e o aprender, tratam de fazer a arquitetura escolar tirar proveito de conhecimentos arquitetônicos e de expressá-los em termos de melhoria do ensino-aprendizagem na escola; em outras palavras, explicitam uma intenção de fazer a instituição escolar (sobretudo as dependências internas e a aparência externa na arquitetura) corresponder a certo conhecimento arquitetônico que se tem de escolas.

Todos esses trabalhos explicitam o quanto a arquitetura escolar tem sido alvo de diferentes investimentos de poder. As proposições que tais trabalhos resgatam, discutem ou elaboram evidenciam vontades de verdade traduzidas em ideais políticos, sociais e pedagógicos materializados em torno da arquitetura das escolas. Nessas proposições, a arquitetura escolar termina por sobressair como produto e produtora de relações de poder, como um elemento a mais nas disputas por significações e intervenções voltadas a “fazer a

escola verdadeiramente funcionar”. Nas disputas contemporâneas pelos currículos escolares, ela mesma, a arquitetura escolar, afirma-se currículo.

É produtivo, portanto, considerar que a arquitetura (inclusive a escolar) trata também das questões entre matéria, representação, conhecimento e processos de subjetivação. Isso inclui desde pensar as escolhas e simbologias que envolvem os elementos físicos do espaço escolar, passando pela natureza das relações (e suas modificações) estabelecidas entre tais elementos e as apropriações destes por seus usuários, até as pedagogias exercidas pelos elementos arquitetônicos inseridos nesse espaço. Como elemento dos espaços escolares, o currículo da arquitetura escolar dá materialidade e visibilidade a relações de poder, a vontades de sujeito e a algumas das inúmeras aprendizagens que é possível obter por meio de uma escola.

Da literatura aqui apresentada despontam algumas frentes de pesquisa possíveis sobre/com/na arquitetura escolar. Não é difícil imaginar que, do discurso da arquitetura escolar como elemento fundamental à qualidade da educação e/ou à melhoria do ensino, venha a ganhar cada vez mais espaço a ideia de que “arquitetos são educadores”, reverberando na constituição de expertises e de novas demandas às escolas e aos sujeitos da educação escolar que precisariam ser melhor conhecidas. Necessitamos também de estudos que problematizem as codificações e relações de poder engendradas em processos de planificação material de escolas. Seria bastante produtivo atentar aos currículos da arquitetura escolar, cujas pedagogias ativam e estimulam sensações, favorecem percepções e proporcionam aprendizagens, concorrendo para processos de subjetivação. Por fim, considerando tais currículos, também seria interessante dispor de conhecimentos sobre estruturas arquitetônicas e práticas de produção espaciais escolares que potencializem a liberdade, a diferença e formas de existência não-capitalísticas.

Referências

Abate, T.P. & Kowaltowski, D.C.C.K. (2017). *Avaliação de pisos táteis como elemento de wayfinding em escola de ensino especial para crianças com deficiência visual*. Ambient. constr., Porto Alegre, 17(2): 53-71.

Almeida, Luana Costa; Betini, Geraldo Antonio. (2015). *Investigação sobre a escola e seu entorno: estudo bibliográfico de produções nacionais*. R. Educ. Públ., Cuiabá, v. 24, n. 55, p. 33-56.

Almeida, Milton J.; Pimenta, Alan V. (2010). *Alguma memória do futuro*. Educ. Soc., v. 31, n. 111, p. 501-515.

Alvares, Sandra L.; Harris, Ana L. N. de Camargo. (2011). *Arquitetura das Escolas Waldorf: sua origem e peculiaridades*. Cadernos PROARQ, Rio de Janeiro, n. 16, p. 47-57.

Arata, Nicolás. (2019). *Un episodio de la cultura material: la inauguración de 54 edificios escolares en la Ciudad de Buenos Aires (1884-1886)*. Hist. Educ., Santa Maria, v. 23, e84235.

Bencostta, Marcus Levy. (2019). *A escrita da arquitetura escolar na historiografia da educação brasileira (1999-2018)*. Rev. Bras. Hist. Educ., Maringá, v. 19, e064.

Bencostta, Marcus Levy. (2013). *Mobiliário escolar francês e os projetos vanguardistas de Jean Prouvé e André Lurçat na primeira metade do século XX*. Educ. rev., n. 49, p. 19-38.

Bencostta, Marcus Levy. (2001). *Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928)*. Educ. rev., n. 18, p. 103-141.

Bianchini, Paolo. (2019). *La funzione pedagogica dell'estetica totalitaria. La scuola fascista e la celebrazione della Prima Guerra Mondiale in Italia. Il caso di Torino*. Educ. rev., Curitiba, v. 35, n. 73, p. 135-160.

Cabral, Luiz O. (2007). *Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v.41, n. 1 e 2, p. 141-155.

Cavalcanti, Lana. (2010). *Concepções teórico-metodológicas da geografia escolar no mundo contemporâneo e abordagens no ensino*. In: Dalben, Ângela; Diniz, Julio Emilio; Leal, Leiva; Santos, Lucíola (Orgs.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente; políticas e práticas educacionais: currículo, ensino de educação física, ensino de geografia, ensino de história, escola, família e comunidade*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 368-391.

Coeur, Marc Le. (2003). *Os liceus na cidade: o exemplo parisiense (1802-1914)*. Educ. rev., n. 22, p. 359-400.

Correia, Ana P. P. (2013). *Escolas Normais: contribuição para a modernização do Estado do Paraná (1904 a 1927)*. Educ. rev., n. 49, p. 245-273.

Deliberador, Marcella S.; Kowaltowski, Doris C. C. K. (2018). *Importância dos agentes para a arquitetura escolar: aplicação de jogo de apoio ao processo participativo*. Ambient. constr., Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 273-288.

Dórea, Célia R. D. (2013). *A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação*. Educ. rev., n. 49, p. 161-181.

Ermel, Tatiane de F. (2018). *Transfigurações no tempo e no espaço: Aula Isolada Campo da Redenção em Porto Alegre/RS (1907-2015)*. Rev. Bras. Hist. Educ., Maringá, v. 18, e006.

Ermel, Tatiane de F.; Bencostta, Marcus L. (2019a). *Escola graduada e arquitetura escolar no Paraná e Rio Grande do Sul: a pluralidade dos edifícios para a escola primária no cenário brasileiro (1903-1928)*. Hist. Educ., Santa Maria, v. 23, e83527.

Ermel, Tatiane de F.; BencosttA, Marcus L. (2019b). *Arquitetura escolar: diálogos entre o global, o nacional e o regional na história da educação*. Hist. Educ., Santa Maria, v. 23, e88785.

Faria Filho, Luciano Mendes de. (1998). *O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões*. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 24, n. 1, p. 141-159.

Freire, Márcia R. (2007). *Arquitetura na interface com a educação: outras referências*. Cadernos PPG-AU/UFBA, Salvador, v. 6, n. 1, p. 11-20.

Funari, P. P.; Zarankin, A. (2005). *Cultura material escolar: o papel da arquitetura*. Pro-Posições, 16(1), 135-144.

Gomes, Paulo C. C. (1997). *Geografia fim de siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões*. In: Castro, I. E. e Corrêa, R. L. (Orgs.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand.

Helpfenberger, Marianne; Schreiber, Catherina. (2019). *Construindo cidadãos: arquitetura da escola e seu programa social - visões comparativas da Suíça e de Luxemburgo nos Séculos XIXe XX*. Hist. Educ., Santa Maria, v. 23, e82303.

Ibarra, Carlos Ortega. (2019). *Una arquitectura escolar nacional y popular durante la Revolución Constitucionalista de 1914-1917*. Hist. Educ., Santa Maria, v. 23, e83400.

Kowaltowski, Doris C. C. K.; Deliberador, Marcella S. (2019). *A briefing game for school building design*. Pro-Posições, Campinas, v. 30, e20170159.

Oliveira, Marcus A. T.; Chaves Junior, Sergio R. (2009). *Os espaços para a educação física no ensino secundário paranaense: um estudo comparativo entre os anos finais da ditadura varguista e os anos da ditadura militar brasileira pós 1964*. Educ. rev., n. 33, p. 39-56.

Paraiso, Marlucy A. (2005). *Currículo-Mapa: linhas e traçados das pesquisas pós-críticas sobre currículo no Brasil*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 67-82.

Paraiso, Marlucy A. (2004). *Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa*. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 34, n. 122, p. 283-303.

Paulilo, André Luiz. (2019). *A cultura material da escola: apontamentos a partir da história da educação*. Rev. Bras. Hist. Educ., Maringá, v. 19, e065.

Pereira, Paula R. Pizarro; Kowaltowski, Doris C. C. K.; Deliberador, Marcella S. (2018). *Analysis support for the design process of school buildings*. Ambient. constr., Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 375-390.

Ribeiro, Solange Lucas. (2004). *Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo*. Sitientibus, Feira de Santana, n. 31, p.103-118.

Sá, Jauri dos S. (2015). *Josep Goday e o mobiliário escolar espanhol na primeira metade do século 20*. Hist. Educ., Santa Maria, v. 19, n. 46, p. 187-199.

Santos, Milton. (1999). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

Silva, Carlos M. (2013). *Raul Lino, protagonista de uma mudança na arquitetura escolar durante a I República Portuguesa*. Educ. rev., n. 49, p. 83-102.

Viola, Valeria. (2019). *Arquitetura escolar durante o fascismo em Itália*. Hist. Educ., Santa Maria, v. 23, e82782.

Zan, Dirce; Possato, Beatris C. (2014). *Espaços cerrados: as marcas da violência e do controle na arquitetura das escolas*. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 2176-2191.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Heber Macel Tenório Vasconcelos – 30%

Marlécio Maknamara – 70%